

FORMAÇÃO DO TRABALHADOR SOLIDÁRIO: EMANCIPAÇÃO OU LEGITIMAÇÃO DA EXPLORAÇÃO?

Ronalda Barreto Silva*

Alessandra Bandeira Antunes Azevedo**

Resumo

O artigo pretende realizar uma reflexão sobre a formação para o trabalho e a cidadania de segmentos da população que se encontram em situação de vulnerabilidade social frente às transformações do mundo do trabalho e o aumento da desfiliação. O propósito é discutir a formação que se dá em uma alternativa de organização dos trabalhadores que enfatiza a preservação da vida e a cidadania: a Economia Solidária. A questão central é a possibilidade de emancipação do trabalhador ou da legitimação da exploração para o apaziguamento político. Parte-se do entendimento de que a dialética reprodução/transformação deve permear as análises, a luta pela elaboração de políticas públicas e demais ações de formação, produção e comercialização pertinentes ao setor.

Palavras-chave: Trabalho. Autogestão. Formação. Emancipação. Economia Solidária.

1 Introdução

No atual contexto, reiteradamente se enfatiza a construção do *novo homem*, do *novo cidadão*, com base no modelo de *competência e empregabilidade* para uma *nova organização social*, segundo um novo paradigma de Estado, fundamentado em valores mercantis para atender, entre outros, à transformação da estrutura do mercado de trabalho, com terceirização, precarização e flexibilização das relações trabalhistas; passagem da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, desaparecimento dos direitos sociais do trabalho, transferência de deveres e responsabilidades do Estado e do direito

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2001). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (ronalda_barreto@uol.com.br).

** Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2007). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (abaazevedo@gmail.com).

social e subjetivo do cidadão para a sociedade civil, constituindo-se um novo paradigma de políticas públicas: oferta pública e execução na sociedade civil.

Nesse sentido, as análises produzidas por Frigotto (2001) para explicar a produtividade da escola improdutiva, sob o auspício do tecnicismo, encontram-se extremamente atuais. Um exemplo é a afirmativa de que o conceito de capital humano teria o objetivo de mascarar a questão do imperialismo, passando a ideia de que o subdesenvolvimento está relacionado com a modernização de alguns fatores, tendo os recursos humanos como elemento fundamental. A relação que a teoria do capital humano faz entre educação, desenvolvimento e superação das desigualdades explica a proposta da Organização Internacional do Trabalho de remediar a vulnerabilidade através da educação e formação. Assim, a educação, escolar ou não escolar, não só é vista como determinante, mas também explica as diferenças de renda entre os indivíduos, o seu lugar na sociedade e a posição das nações no plano internacional em termos de desenvolvimento.

Ao pensar a formação do trabalhador em um sentido que se quer oposto ao individualismo e à competitividade da economia de mercado, este artigo pretende realizar uma reflexão sobre a formação para o trabalho e a cidadania de segmentos da população que se encontram em situação de vulnerabilidade social frente às transformações do mundo do trabalho e ao aumento da desfiliação¹. O propósito é discutir a formação que se dá em uma alternativa de organização dos trabalhadores que enfatiza a preservação da vida e a cidadania: a Economia Solidária, tendo como questão central a possibilidade de emancipação do trabalhador ou da legitimação da exploração para o apaziguamento político.

Na discussão referente à Economia Solidária, um primeiro questionamento que se levanta é se as práticas relacionadas à geração de trabalho e renda e não agressão ao meio ambiente são permitidas pelos benefícios aos mais necessitados ou em função da ameaça à preservação do planeta. No passado recente, enquanto os pobres morriam de fome, de frio, por condições degradantes de vida, os “donos” do poder nada faziam se esse fazer reduzisse a lucratividade das empresas e, em consequência, a arrecadação dos governos (FURTADO, 2000 apud VEIGA, 2008, p. 28). O crescimento econômico que permitiu a opulência concentrada dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, além de aprofundar as desigualdades sociais, trouxe a pior das ameaças à humanidade: a destruição do planeta.

1. Termo utilizado por Robert Castel (1998) para referir-se aos laços de sociabilidade que se desintegram com o desemprego.

A ameaça ao planeta foi determinante na discussão do desenvolvimento e no estímulo a práticas alternativas para a sustentabilidade ambiental, de modo geral enfatizando, em alguns casos, a sustentabilidade humana. A tendência em voga de Desenvolvimento Sustentável surge da necessidade de preservação do meio ambiente e é ampliada para a equidade e justiça social, incluindo, mais que isso, a sustentabilidade ambiental e humana. Assim, ficou evidenciado que não se pode transformar a sociedade sem abordar, com seriedade, categorias como trabalho, desenvolvimento, mudanças no mundo do trabalho e direitos humanos. Um movimento crescente no país propõe, então, a Economia Solidária como uma alternativa que engloba a discussão dessas categorias e que se coaduna com o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Veiga (2008), a rigor, a adjetivação ‘Sustentável’ deveria ser desdobrada em socialmente incluyente e economicamente sustentada no tempo. Segundo Sachs e Vieira (2007, p. 352), teria o objetivo de desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar de multiplicação das coisas. Entretanto, seria realmente incluyente a intervenção estatal e um projeto de desenvolvimento em que predominam políticas que reiteram a inovação tecnológica numa perspectiva da tecnologia convencional, que priorizam a demanda do capital e não a satisfação das necessidades básicas das populações? São questões que norteiam esta análise e que se desdobram em questionamentos mais específicos expostos no desenvolvimento do presente trabalho.

2 Contradições no movimento da economia solidária

Percebe-se, com clareza, um conjunto de discursos que buscam legitimar a Economia Solidária como alternativa ao desemprego, à destruição do planeta, com o fim de preservar a vida humana. Por esse prisma, poder-se-ia afirmar que se toma o trabalho como um princípio educativo; entretanto, considerando que o capital tem a capacidade de subsumir toda e qualquer lógica que lhe é antagônica, questiona-se: quais são os riscos políticos inerentes à formação desse novo “trabalhador solidário”?

Sem dúvida, a Economia Solidária constitui um movimento que discute a inclusão social pelo trabalho, o qual se propõe diferenciado da lógica taylorista e da lógica toyotista, cuja força, contraditoriamente, reside em aspectos contextuais, tanto do aumento do número de desempregados quanto da consolidação de políticas focalizadas e da criação do setor público não estatal, com a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil:

Trata-se de prática recente e intrinsecamente vinculada à desobrigação pública com a oferta de emprego, à fragilização dos sindicatos e ao concomitante associativismo das organizações não governamentais [...]. O trabalho associado

em economia solidária aparece como uma das respostas à nova sociabilidade imposta pelo capital, sendo hoje uma efetiva prática social estimada pela Senaes em 20.000 unidades produtivas no país [...]. É grande a presença de segmentos de baixa hierarquia na divisão sociotécnica do trabalho [...] (BARBOSA, 2007, p. 22).

A autora entende que a perspectiva voluntarista do trabalho aparece em narrativas de exaltação da liberdade e da independência do trabalho por conta própria ou como pequeno empregador, cuja promessa de subverter a opressão da condição de empregado subordinado, como se o mercado não atingisse todos os espaços socioeconômicos e não submetesse à sua própria órbita as decisões e ações individuais, alimenta a ilusão de ascensão social (BARBOSA, 2007). Abordando a fragilização do trabalho a partir da precarização do emprego estrutural, ressalta que, nesse contexto, a informalidade ganha novo sentido e a legitimidade passa a se configurar transmutada de exceção em virtude com a seguinte lógica:

Para alguns, a informalização chega a aparecer como antídoto ao drama do desemprego estrutural no país, já que 60% de sua mão de obra trabalham por conta própria ou em ocupações desregulamentadas; daí o desemprego aberto ser descompassado com a aridez do drama da desocupação nacional. Todavia, de antídoto converte-se em fator deletério, na medida em que o advento da informalização produz precarização, achatamento salarial e diminuição do enfrentamento coletivo dos conflitos, penalizando as próprias condições de reprodução social dos trabalhadores. Configuram-se pequenas receitas de sobrevivência, mas elas em nada elevam a qualidade de vida e as possibilidades de emancipação social (BARBOSA, 2007, p. 46-47).

Referindo-se à antiga e frequente receita de desvalorização da força de trabalho como resposta à crise capitalista, afirma:

Duas alternativas se apresentam: as atividades de subsistência que pouco interessam ao capital; as atividades informalizadas que baixam os custos do trabalho, conformando uma atualizada e rentável maneira de acumulação capitalista, de modo subordinado. Tanto uma como outra podem ser encontradas na economia solidária e estão associadas a processos atados e determinados pelo movimento do capital que produz, arruína e recria práticas econômicas não abaladamente capitalistas (BARBOSA, 2007, p. 48-49).

A própria autora, entretanto, afirma que não se pode deixar de indagar sobre a possibilidade de que novos sentidos estejam sendo delineados, ainda que enfatize as ideias e os valores que são criados para atuar no convencimento do trabalho informal como alternativa social e, também, os novos modos de lidar com o trabalho no contexto da crise e da reestruturação

produtiva que requerem novas sociabilidades advindas de práticas de dominação, exploração e resistências reconceituadas. Acrescenta que a proposição do empreendedorismo é um desdobramento da ideologia neoliberal de liberalização da economia e da quebra das regulamentações sociais, passando a compor a base da nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento e individualista.

Dando outro sentido ao trabalho na Economia Solidária, Gaiger (2003) entende que, apesar dos formatos jurídicos e dos graus de inovação no conteúdo das relações variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação, próprias desse modo de organização da produção, dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente em sentido oposto ao que afirma Marx (1988): o modo capitalista de produção pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. É necessário, para estabelecer as condições básicas da produção capitalista, dois polos antagônicos: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho. Defende Gaiger (2003, p. 191):

Assim, naquelas práticas: a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001). Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

De outra parte, a cooperação mostra-se capaz de converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extraeconômicos. Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista (GAIGER *et al.*, 1999; PEIXOTO, 2000). O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais (GAIGER, 2003, p. 192).

Alguns estudiosos afirmam, também, que seria um novo modo de produção, o que Gaiger (2003) refuta. O autor entende os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. As inovações principais que a nova forma traz e se mostra capaz de reproduzir se concentram no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. Ponderadamente, o autor afirma que a Economia Solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento.

As novas relações, portanto, supõem uma formação dos recursos para uma cultura autogestionária, supõem educar para a participação e para o labor produtivo, o que equivale a formar trabalhadores-gestores e a suplantam a divisão típica da empresa capitalista. “Desenham-se as bases de uma nova cultura profissional, dada pelo conjunto de competências produtivas, pelo envolvimento mútuo com o futuro do empreendimento” (GAIGER, 2003, p. 204). Nessa perspectiva, Singer (2000) afirma que a Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios em razão do progresso técnico, que cria sistemas a serem operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente. Entende, portanto, diferentemente de Gaiger (2003), que o modo solidário de produção e distribuição parece um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas que se constitui numa síntese que supera ambos.

Um aspecto importante estaria no sentido de que a tecnologia como fator da extração de mais-valia, favorecimento da exclusão social e agressão ao meio ambiente é subvertida. Os atores da Economia Solidária primam por desenvolver as tecnologias sociais:

Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível, nos empreendimentos autogestionários, que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Dessa feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as a sua lógica própria. (GAIGER, 2003, p. 204).

As tecnologias sociais podem ser definidas como “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”². A interação saber acadêmico e saber popular retoma os ensinamentos de Paulo Freire (2005; 2008) no sentido da leitura de mundo e do respeito ao saber do outro. Portanto, preza por uma formação “não bancária” do trabalhador. A tecnologia teria o papel de mediar a unidade entre o trabalho e a ciência. O trabalhador assim formado seria o germe de um novo tipo de homem, conforme preconiza Gramsci, um intelectual que seja especialista e ao mesmo tempo dirigente? Poderia afirmar que “a concepção de leis naturais e de participação ativa do homem na vida da natureza se ‘unifica’ no trabalho”? (MANACORDA, 2008, p. 256).

A indagação acima requer que se considere a educação/formação como uma atividade especificamente humana, assumindo a afirmação de Saviani (2008) de que é no entendimento da realidade humana que devemos buscar o entendimento da educação. A realidade humana deve ser compreendida como a essência humana, cujo conteúdo consiste no trabalho. Afirma Gramsci (1932 *apud* MANACORDA, 2008, p. 259):

Pode-se dizer, portanto, que o princípio educativo que fundamentava as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não pode ser realizado em toda a sua potência de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens, ordem essa que deve ser respeitada por convicção espontânea e não por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens e não por mera coerção.

Assim, pode-se afirmar que ocorre a desalienação do trabalhador, dado que esse tipo de mudança representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na antiga empresa a uma nova situação, em que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa? Agora, trabalhando em sua própria cooperativa, eles são proprietários de tudo o que é produzido. O trabalho como princípio educativo pode ser considerado uma premissa na medida em que a função técnica e a função de direção se articulam, ainda que careça de análises mais acuradas.

Contudo, é preciso compreender que o processo de desalienação e de crença no projeto político ideológico que a autogestão propõe é um processo lento que muitas vezes é imposto ao trabalhador pela falta de possibilidades de (re)inserção no mercado de trabalho capitalista. A partir da reflexão e da

2. Instituto de Tecnologia Social – ITS.

vivência diária dessa nova proposta, muitos trabalhadores se identificam com a cooperação, a solidariedade e a autogestão como modelo para gerir o empreendimento e lutam pelo seu sucesso, mas, outros, na primeira oportunidade de (re)inserção no mercado capitalista com “carteira assinada”, optam pela pseudosseguurança que o emprego formal dá.

Não restam dúvidas de que o Estado tem um papel relevante no processo de construção de alternativas para o desemprego e a qualidade de vida dos trabalhadores e, nesse bojo, do desenvolvimento da tecnologia social em contraposição à tecnologia convencional, excludente, que destrói postos de trabalho. De acordo com Dagnino *et al.* (2004), a condução das políticas públicas de ciência e tecnologia segue uma lógica ofertista e inspirada nas políticas adotadas pelos países desenvolvidos e com uma orientação capitalista. Dois possíveis obstáculos surgem ao avanço das tecnologias sociais como política pública: o primeiro é a existência de uma tendência conservadora por parte dos dirigentes governamentais, o que dificulta a adoção de posturas criativas e inovadoras. O segundo é a existência dos processos de “captura” de recursos dentro do Estado. Esses recursos são dirigidos ao financiamento de setores e políticas ligados à tecnologia convencional. Por conta disso, a tecnologia social, mesmo se mostrando uma alternativa interessante para os objetivos pretendidos, pode ser descartada.

Para pensar a formação e possível emancipação do trabalhador, segundo Gaiger, (2000, p. 177 apud POLI, 2006, p. 134), os empreendimentos econômicos solidários:

combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios no plano da educação, da qualificação profissional e da cultura.

Comunga-se com os autores a mesma ideia e acredita-se que a viabilidade econômica aliada à gestão democrática seja o caminho para a emancipação desses trabalhadores. A organização dos empreendimentos e das instituições de apoio tem desenvolvido, no Brasil, diversas redes e fóruns que vêm lutando pela implantação de linhas de financiamento específicas, elaboração de políticas públicas e criação de linhas de pesquisa para responder aos desafios vividos pelos empreendimentos. Como um dos resultados dessa luta, em junho de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) pelo Governo Lula, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A despeito do esforço empreendido pelos movimentos sociais, algumas informações obtidas no mapeamento da Economia Solidária relacionam-se

com uma questão de extrema importância: a discussão da sustentabilidade dos empreendimentos solidários, um desafio de extrema importância para as políticas públicas, as entidades de assessorias e para os empreendimentos solidários.

Dessa forma,

1. somente 38% do total dos empreendimentos conseguem obter “sobras”³ no final do exercício, 33% não conseguem fechar o balanço, apresentando perdas, e 13% nada informaram, mostrando que a viabilidade econômica dos empreendimentos ainda é baixa.
2. Nacionalmente, as maiores dificuldades apontadas pelos entrevistados foram a comercialização (mencionada por 61% dos entrevistados), seguida pelo acesso ao crédito (mencionado por 49% dos entrevistados) e pelo acesso à assessoria das instituições em aspectos técnicos e de gestão (mencionado por 27% dos entrevistados)⁴.

Conforme evidenciado no mapeamento, o principal desafio dos empreendimentos está na comercialização. Essa deficiência está pautada em alguns aspectos, dentre eles, o problema da escala, da logística, da dificuldade de atender às normas técnicas das cadeias produtivas em que estão inseridas e a falta de desenvolvimento de produtos próprios. A busca de alternativas que possam viabilizar, técnica e economicamente, projetos que respondam simultaneamente à crise social e à crise ambiental, que criem produtos próprios com o objetivo de se constituir como propostas de soluções inovadoras para agregar valor ao trabalho dos cooperados e possibilitar uma melhor penetração no mercado é um desafio posto para as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, dado que a universidade constitui espaço por excelência para o desenvolvimento de tecnologias sociais e a formação do trabalhador em uma perspectiva oposta àquela que tem suas bases na teoria do capital humano e privilegia a tecnologia convencional. Dar-se-ia, conforme propõe o movimento da Economia Solidária, segundo uma concepção freireana de educação, por meio de:

Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser, também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 2000, p. 44).

3 Recursos excedentes após deduzidas as despesas e que podem ser destinados à composição de um fundo para garantia dos direitos trabalhistas, reinvestimento no empreendimento ou qualquer outro destino decidido em assembleia dos trabalhadores.

4 Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária. Brasília: MTE-Senaes, 2006.

Tal como propõe Freire (2008), busca-se a oposição a uma educação bancária que “deposita” conhecimentos no educando (estudantes e cooperados). Querendo-se uma prática progressista, assume-se, para tanto, que ensinar não é “transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22), para não amesquinhar o caráter formador da experiência educativa, transformando-a em puro treinamento técnico e que retira o aspecto fundamentalmente humano do exercício educativo. A formação que envolve o saber técnico e científico deve ser aliada à *leitura de mundo*.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca (FREIRE, 2005, p. 67).

Afirma-se uma educação problematizadora, pela dialogicidade, a fim de romper com os cânones de uma formação estreita, direcionada para o mercado de trabalho, através da interação entre os diversos saberes: acadêmico e popular. Todos se colocando enquanto sujeitos a partir do entendimento de que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática ‘bancária’, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos” (FREIRE, 2005, p. 79).

Educandos e o educador são chamados a posicionarem-se como “investigadores críticos”⁵ em constante diálogo, em constante “ato de desvelamento da realidade”⁶: os conhecimentos técnicos trabalhados, os conhecimentos construídos devem evidenciar a condição social, política, cultural e econômica dos sujeitos. Muitos são os conhecimentos “mobilizados”, os temas e as palavras que geram conhecimentos novos, criadores e, dessa forma, libertadores, ainda que relativos a um universo reduzido em sua dimensão macro, mas que possuem a totalidade do mundo em suas contradições, em suas grandes dicotomias.

5. Termo utilizado por Paulo Freire na obra *Pedagogia do Oprimido*.

6. *Idem*.

Nesse aspecto, ratificam-se as palavras de Paulo Freire quando diz que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

No processo de criar, organizando-se para produzir a sobrevivência, tem sido possível realizar-se a leitura de mundo em que linguagem e realidade prendem-se dinamicamente, implicando uma nova percepção das relações entre o texto e o contexto. Assim sendo, amplia-se a visão de mundo, a participação e as condições de problematização da realidade desses trabalhadores, portanto, o seu exercício da cidadania:

É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica” (FREIRE, 2008, p. 21).

A título de exemplo, em uma experiência de formação realizada na Universidade do Estado da Bahia – Uneb⁷, com trabalhadores da Economia Solidária, a perspectiva do Método Paulo Freire resultou no desenvolvimento de tecnologias sociais, com os três princípios básicos, segundo Factum et al. (2009). O primeiro princípio relacionado à questão histórica e cultural:

Utilização do potencial criativo da história e cultura local. A partir das referências da cultura popular nordestina, desenvolveram-se as tecnologias de fabricação de produtos com o reuso de embalagens pós-uso, bem como com todo e qualquer material descartado. Tal como propõe Paulo Freire (2005, 2008), Lina Bo Bardi (1994) e outros, os atores envolvidos embasaram-se no conhecimento construído pela população da cidade de Salvador, que sobreviveu a trezentos anos de sistema escravocrata, detentora de uma cultura histórica do reuso, ou seja, “procurar com atenção as bases culturais de um País (sejam quais forem: pobres, míseras, populares) quando reais, não significa conservar as formas e os materiais, significa avaliar as possibilidades criativas originais” (BARDI, 1994, p. 21) (FACTUM et al., 2009, p. 9).

7. Refere-se ao trabalho de *Design Participativo*, em que os cooperados cursam a disciplina Desenvolvimento de Processo e Produto no curso de Desenho Industrial e desenvolvem produtos artesanais a partir de resíduos sólidos e começando o processo de utilização de resíduos tecnológicos. O essencial é a interação entre saber acadêmico e saber popular, subvertendo a hierarquia universitária na formação de recursos humanos. Esses são os princípios reaplicados pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários Uneb/Unitrabalho – Incuba.

O ensino do *design*, para ser praticado nos países periféricos, necessita que se tenham em conta os pressupostos de Maldonado (1993): “[...] nos países de terceiro mundo, nos que, precisamente, a indústria manufatureira é inexistente (ou quase), o discurso relativo ao desenho industrial assume um significado, no melhor dos casos, apenas programático” (apud FACTUM et al., 2009, p. 9).

O segundo princípio está relacionado à questão ambiental:

A questão ambiental cuidando não apenas do meio ambiente, mas também da sustentabilidade do homem. O *design* para a sustentabilidade e responsabilidade social, assumindo a linha da justiça ambiental. Ou seja, o interesse material pelo meio ambiente é visto como fonte de condição para a subsistência (FACTUM et al., 2009, p. 9-11).

Segundo Factum et al (2009), o *design* para a sustentabilidade proporciona a possibilidade de revisão do tradicional papel do *design* formado para atuar no mercado, que, auxiliado pela mídia, se tornou ícone de luxo. A estratégia utilizada é da descartabilidade e a constante obsolescência dos produtos objetivando manter o ciclo vicioso do consumo. Entende que é necessário incorporar as ações projetuais à realidade social circundante, incorporando as questões emergenciais que afligem a sociedade brasileira. Para que esse fato ocorra, é preciso observar a seguinte orientação:

Neste contexto, é importante definir um corpo de conhecimento em *design* apropriado, como também estratégias pedagógicas correspondentes, que irão levar os estudantes a cruzar as fronteiras da disciplina com o objetivo de alcançar o desenvolvimento e avaliação de produtos socialmente responsáveis, tanto quanto a re-conceitualização da prática e da educação em *design* (FACTUM; SANTOS, 2006, p. 25).

O terceiro princípio diz respeito à relação universidade e sociedade:

3) *Design* participativo com a perspectiva de construção do conhecimento em condições igualitárias entre cooperados, professores e estudantes, onde (sic) nada é imposto, tudo é proposto. Um exercício permanente de despirmo do manto da tecnocracia.

Desobedecer à lógica que restringe o design a uma atividade moderna praticada exclusivamente por uma elite profissional, complementando o estudo do *design* profissional com o reconhecimento das atividades não profissionais, como preconiza Pacey (1992, p. 217-225), Contribuição chave, para que os envolvidos considerassem as soluções e processos do design vernacular de extrema significação e identificassem que nas condições objetivas em que se

encontram inseridos, sustentabilidade e *design* vernacular estão absolutamente imbricados pelas próprias características, também estabelecidas por Pacey, em relação ao design não profissional, tais como: compartilhamento de experiência, mesmo que esta tenha um alto grau de especificidade; responsabilidade e percepção individual de sua realização em função do todo; descobertas em conjunto; capacidade de experimentação difundida (FACTUM et al., 2009, p. 9-11).

As relações em que se baseiam a cooperação, a troca e a recuperação da racionalidade estético-expressiva são mais elaboradas e produzem resultados maiores do que as baseadas na transmissão de conhecimento vertical que decide de forma autoritária quem sabe e quem não sabe. O percurso metodológico utilizado para a produção do saber no âmbito de comunidades demanda o intercâmbio de saberes e experiências e a ruptura do paradigma ciência acadêmica e ciência popular. O trabalho conjunto, dentro do espírito cooperativista, essencialmente bilateral, de troca é o objetivo da experiência. Dessa forma, evita-se, em todos os níveis, a *glamourização* da pobreza ou o fortalecimento das características mais frágeis do trabalho dos cooperados. Os produtos desenvolvidos com os materiais descartados são possuidores de um forte apelo estético.

Porém, a estética do reciclado não é a estética da fome como propunha Glauber Rocha, nem tampouco a sua radicalização, tal como a estética do lixo, apesar de serem referenciais importantes no conteúdo histórico de desenvolvimento dos trabalhos. O que se propõe é uma estética da resistência, uma proposta de uma nova estética de reuso que nos convida a uma incrível oportunidade de sentir que todos os materiais são mutáveis e mutantes, que podem aumentar nossa capacidade para explorar, sejam quais forem os valores que permanecem nos produtos e materiais descartados (FACTUM et al., 2009, p. 10).

A experiência em questão evidencia, por um lado, a capacidade do *design* de gerar propostas, planejar, realizar projetos e produtos, servindo de demonstração e argumento de como se deve viver; e, por outro, a capacidade criativa dos seres humanos. Do ponto de vista da formação dos estudantes, constituíram uma oportunidade para que reconsiderassem suas próprias identidades e valores, “contribuindo para o entendimento dos principais aspectos do *design* local, florescendo para novas atitudes projetuais e profissionais por abandonar o modelo de produção industrializada do primeiro mundo e se apropriando dos processos produtivos do *design* vernacular” (FACTUM et al, 2009, p. 11), provocando impactos bem menos intensos ao meio ambiente. O perfil profissional, daí oriundo, possibilita uma atuação do *designer* marcada por preocupações com questões sociais relevantes.

A experiência põe em questão o papel da universidade enquanto *locus* da produção do conhecimento, espaço historicamente destinado às elites, mas, enquanto aparelho ideológico, palco de disputas, reveladora de conflitos entre classes sociais, a exemplo de abrir-se às cotas étnicas e sociais e manter uma formação elitista, classista, racista, sexista. Contudo, ao assumir uma postura progressista coerente com o discurso democrático e da inclusão social, deve trabalhar a formação, quer docente ou não, que desenvolva a curiosidade, o senso crítico no sentido da efetiva autonomia do educando, valorizando a sua cultura e o seu saber.

Os desafios inscritos na contemporaneidade para a mudança na relação trabalho e educação no capitalismo passam pelo aprofundamento do diálogo com a Pedagogia Socialista, como chama a atenção Kuenzer (2005), a fim de dirimir as dúvidas que têm levado professores, pedagogos e pesquisadores a confundirem a nova expressão da pedagogia capitalista com a pedagogia emancipatória, objetivando que se estabeleçam as condições de inclusão pelo trabalho digno para as populações em situação de vulnerabilidade social, de modo a assegurar um futuro de maior dignidade pela conquista do protagonismo e da auto-suficiência nas condições de existência dos seus membros. Outro aspecto seria a constituição de uma educação emancipatória com ênfase na formação para a cidadania, por uma concepção de desenvolvimento em que se priorize elevar a capacidade de participação na dinâmica produtiva de comunidades em áreas de baixo nível de desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

É uma experiência da qual se pode tirar lições para a formação do trabalhador em novas bases; entretanto, não nos retira o olhar desconfiado em relação às políticas dirigidas à Economia Solidária que não fogem à lógica da fragmentação, da focalização e que, nesse sentido, estão mais próximas de atender à lógica do capital, dado que não têm possibilitado um avanço considerável na sustentabilidade dos empreendimentos e na real melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Não se pode esquecer que, a despeito das lutas empreendidas pelos atores sociais que atuam na área, o capital tem o poder de cooptar as lutas sociais, o que é reafirmado pelo Prêmio Nobel em economia, edição 2009, atribuído à professora de Ciência Política e *codirectora* do Taller de Teoria Política e Análise Política da Universidade de Indiana, Elinor Ostrom, cujo trabalho tem como foco desenvolver novas formas de gerenciamento dos recursos naturais por comunidades de todo o mundo. “Quando os indivíduos têm esta forma de trabalhar juntos, podem construir confiança e respeito e podem ser capazes de solucionar problemas”, declarou e acrescenta “Que um funcionário tenha um PHD não significa necessariamente

que ele saiba mais que as pessoas que vivem de um recurso. [...] Há muito conhecimento local que temos que respeitar”⁸.

Buscando compreender as leis que regem a sociedade, as condições sociais historicamente específicas, colocando a atividade humana como central na produção da existência, na produção do pensamento, acredita-se que o Prêmio Nobel tem sido atribuído às teorias econômicas necessárias à rearticulação do capital em momentos de crise e que o capital quer hegemônicas – é um grande exemplo o neoliberalismo de Hayek, em 1974, e de Friedman, em 1976, de modo que o último prêmio Nobel atribuído à americana Elinor Ostrom não parece demonstrar uma guinada à esquerda. O mais prudente é que estejam todos os atores da Economia Solidária em estado constante de alerta e que sejam empreendidos, com mais vigor, estudos que subsidiem a intervenção na elaboração de políticas públicas para o setor, como forma de não sucumbir.

3 Considerações finais

Ressaltando o cuidado necessário com as análises “interessadas” que se tornam mecanicistas e apologéticas, é bom lembrar que se constituirão em desserviço à emancipação dos trabalhadores, dado que o conhecimento se dá na e pela *práxis*, teoria e ação, reflexão teórica sobre a realidade em função da ação para transformar: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1987, p. 128). A realidade concreta seria uma unidade contraditória, impulsionada por suas contradições, em um processo evolucionário e revolucionário, de incessante transformação histórica. Tais contradições exigiriam uma dialética especial que supera a lógica formal e seu princípio da não contradição por meio de proposições contraditórias. E, assim, “o materialismo concebe matéria e espírito como opostos entre si dentro de uma unidade onde a matéria desempenha o papel principal” (BOTTOMORE, 1988, p. 152).

É premente, na realidade brasileira, aprofundar a luta pela garantia das bases de sustentação da Economia Solidária, a exemplo de fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais (SINGER, 2000). Tão importante quanto os aspectos da sustentabilidade econômica dos empreendimentos é a compreensão de que a proposta da Economia Solidária, enquanto alternativa desalienante do

8. <http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/10/12/ult35u72031.jhtm>, publicado em: 12-10-2009 e acessado em: 14-10-2009.

trabalhador, não pode ser reduzida a essa, ainda que importante, dimensão, como ressalta Tiriba (2000):

Nesse sentido, a cultura do trabalho pode ser compreendida levando-se em conta tanto os elementos materiais como imateriais da produção; como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam e se manifestam tanto no plano econômico como no plano das relações que o trabalhador estabelece com seu trabalho, com os demais trabalhadores e com a sociedade (p. 222).

Do ponto de vista político e ideológico, os pressupostos que nos sinalizam os marcos fundamentais de uma nova cultura do trabalho nos empreendimentos pertencentes à economia popular de solidariedade seriam as relações de produção que se caracterizam pela perspectiva de valor de uso e não de troca, em que o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história, e tendem a ser diluídas a propriedade individual dos meios de produção e a hierarquia assegurada pelos que “sabem” (p. 223).

A busca de um novo sentido para o trabalho, que supõe a dimensão política e cultural, reafirma a formação do trabalhador no cotidiano dos empreendimentos solidários, tendo o trabalho como princípio educativo numa perspectiva emancipadora enquanto componente da luta de classes que, dialeticamente, caracteriza a sociedade capitalista. Daí a não linearidade da questão central deste artigo: emancipação ou legitimação da exploração, ou seja, a dialética reprodução / transformação deve estar permeando as análises, para não imprimir maniqueísmos perniciosos, a luta pela elaboração de políticas públicas e demais ações de formação, produção e comercialização para o setor.

Referências

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDI, Lina Bo. *Tempos de grossura: o design no impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Trad. de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Cruvinel Flavio; NOVAES, Tahan Henrique. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 187-209.

FACTUM, Ana Beatriz Simon; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Education against exclusion: from Coopamare to Camapet*. In: IV Global Conference on Sustainable Product Development and Life Cycle Engineering, São Carlos. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006 (CD).

FACTUM, Ana Beatriz Simon; AZEVEDO, Alessandra Bandeira Antunes; SILVA, RONALDA Barreto. Design participativo: a articulação entre desenvolvimento, cidadania e sustentabilidade ambiental. 2009. Campinas. XI Encontro Nacional da Abet: A crise mundial e os dilemas do trabalho. *Anais eletrônicos*. Campinas: Abet, 2009. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/16_6_2009_8_48_25.doc>. Acesso em: 27 jul. 2010.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. Capitalismo, Trabalho e Educação no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2005 (Coleção Educação contemporânea). p. 77-96.

MALDONADO, Tomás. *El diseño industrial reconsiderado*. 3. ed. México: G. Gilli, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARX, Karl. *O capital*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., livro I, vol. II, 1988.

PACEY, Philip. Anyone designing anything? Non-professional designers and the history of design. In: *Journal of Design History*, London, v. 5, n. 3, p. 217-225, 1992.

POLI, Odilon Luiz. *Economia solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústria familiar associativas no Oeste catarinense*. 2006. 344 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Rumo à ecossoeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção economia). p. 289-314.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Solidary worker training: emancipation or legitimization of exploitation?

Abstract

This article aims at a reflection on the training for work and citizenship of segments of the population which find themselves in a situation of social vulnerability in face of the transformations in the workplace and the increase in lay-offs. The purpose is to discuss the training given as an organizational alternative of the workers which emphasizes life preservation and citizenship: Solidarity Economy. The main issue is the possibility of emancipation of the worker or the legitimization of exploitation for political peace-making. Based on the understanding that the dialectic of reproduction/transformation must permeate the analyses, the fight for the elaboration of public policies and other training initiatives, production and commercialization pertinent to the sector. Keywords: Work. Self-management. Emancipation. Solidarity economy.

La formation solidaire du travailleur : émancipation ou légitimation de l'exploration ?

Résumé

Cet article vise une réflexion sur la formation pour le travail et la citoyenneté des segments de la population que se trouvent dans une situation de vulnérabilité face aux changements du monde du travail et l'augmentation des congés. Le but est de discuter la formation donnée comme une alternative d'organisation des travailleurs que met l'accent sur la préservation de la vie et la citoyenneté : l'économie solidaire. La question centrale est la possibilité d'émancipation du travailleur ou la légitimation de l'exploitation pour une pacification politique. L'on part de la compréhension que la dialectique reproduction/transformation doit pénétrer les analyses, la lutte pour l'élaboration de politiques publiques et autres actions de formation, production et commercialisation pertinente au secteur.

Mots clefs : Travail. Autogestion. Formation. Émancipation. Économie solidaire.

Formación del trabajador solidario: ¿Emancipación o legitimación de la exploración?

Resumen

El artículo intenta realizar una reflexión sobre la formación para el trabajo y la ciudadanía de segmentos de la población que se encuentran en situación de vulnerabilidad social frente a las transformaciones del mundo del trabajo y el aumento de la desafiliación. El propósito es discutir la formación que se da en una alternativa de organización de los trabajadores que enfatiza la preservación de la vida y la ciudadanía: la economía solidaria. La cuestión central es la posibilidad de emancipación del trabajador o de la legitimación de la exploración para el apaciguamiento político. Se parte del entendimiento que la dialéctica reproducción/transformación debe permear los análisis, la lucha por la elaboración de políticas públicas y demás acciones de formación, producción y comercialización pertinente al sector.

Palabras clave: Trabajo. Autogestión. Formación. Emancipación. Economía solidaria.

Recebida 1ª versão em: 15.10.2009

Aceita 3ª versão em: 29.07.2010